

O BNDES e as lições do “caso Eike”

(*) João Roberto Lopes Pinto

Por que a megalomania de Eike Batista mereceu o crédito (e que crédito!) do BNDES? Decifremos este enigma ou seremos devorados por abdicarmos da crítica. Segundo informe do próprio Banco, foram contratados empréstimos da ordem de R\$ 10, 4 bilhões com o Grupo EBX. Deste valor, já teriam sido desembolsados R\$ 6 bilhões.

A petroleira OGX, epicentro da crise do Grupo, realizara em 2008 sua primeira oferta pública de ações em bolsa alcançando uma valorização bilionária sem que ainda tivesse extraído uma gota de óleo, o que no mercado se chama fase de pré-operação. Ou seja, a OGX era apenas projeto, ancorado em campos do pré-sal, que Eike arrematou de forma privilegiada em operação que levou a queda de um diretor da Petrobras.

O desfecho burlesco desta história acabou por se confirmar: o tal projeto não se mostrou minimamente consistente. Em finais de junho de 2013, a OGX afirmou não ter condições, inclusive tecnológicas para seguir a exploração de alguns campos, os mais promissores. Veio então o rebaixamento e a mega desvalorização da empresa, seguida do pedido de recuperação judicial, em finais de outubro. Em novembro, foi a vez do estaleiro OSX seguir o mesmo caminho. Somadas, as dívidas das duas empresas do Grupo totalizam R\$ 16,2 bilhões.

Embora não se tenha notícia de empréstimo do BNDES diretamente para a OGX, apenas para a OSX, o Banco tem contratado R\$ 2,8 bilhões, conforme levantamento realizado pelo Instituto Mais Democracia. O restante dos créditos foram destinados às outras empresas do Grupo, especialmente para a empresa de energia MPX, a de logística LLX e a mineradora MMX.

Não se pode esquecer que os projetos das diferentes empresas do Grupo EBX são integrados, a exemplo das três plataformas que a OGX contratou da OSX, gerando um efeito cascata. Ao mesmo tempo, para saldar parte da dívida, Eike buscou levantar recursos através da venda de seus ativos mais sólidos.

A alemã E.ON assumiu o controle da MPX, alterando o nome da empresa para Eneva e comprometendo-se a assumir parte da dívida do Grupo com o BNDES. Vale lembrar que o Banco tem, através do BNDESPAR, 11,4% das ações ordinárias da MPX-Eneva, que sofreram, por sua vez, forte desvalorização. O grupo norte-americano EIG comprou o controle da LLX, que mudou o nome para Prumo, acertando a rolagem da dívida com o BNDES no valor de R\$518 milhões. O mesmo foi feito pela OSX, que negociou com o Banco a postergação de um empréstimo de R\$ 418 milhões. A MMX Porto Sudeste ficou sob o controle das empresas Impala (Holanda) e Mubadala (fundo soberano de Abu Dhabi), também credoras do grupo. Já a MMX Chile ficou com a chilena Inversiones Cooper Mining SA.

Em que pese o Banco afirmar na pessoa do seu presidente Luciano Coutinho de que o risco para o BNDES é zero e que os empréstimos estão garantidos por fiança bancária, auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a participação do BNDES nos negócios de Eike motivada pela eclosão da crise do Grupo EBX, indica "fortes indícios de operação antieconômica e de potencial perda patrimonial".

Para além do risco financeiro e da personagem fanfarrona de Eike Batista, o "caso Eike" põe em questão os próprios rumos tomados pelo BNDES. O privilegiamento de determinados setores e grupos econômicos é insustentável, seja do ponto de vista econômico, social ou ambiental.

Este privilegiamento vem de longe, desde quando em plena ditadura civil e militar no país o Banco assumiu o papel de fomentar o, então, chamado capital privado nacional. De lá pra cá, o BNDES ajudou a constituir uma oligarquia empresarial e financeira no país capaz de absorver, tal como um buraco negro, boa parte da renda nacional. Estamos falando dos controladores das empresas Odebrecht, Gerdau, Votorantim, Vale, Grupo Vicunha, Camargo Correa, Andrade Gutierrez, Banco Bradesco, Grupo La Fonte, Grupo Ultra, Grupo EBX, JBS, Banco Itaú, OAS, Queiroz Galvão, que segundo os dados da campanha "Quem são os proprietários do Brasil?" detém juntos mais que a quarta parte da riqueza nacional (www.proprietariosdobrasil.org.br).

Tal relação é tão privilegiada que o Banco resiste como pode, a despeito da recém aprovada Lei de Acesso à Informação, a fornecer as informações sobre os projetos contratados com empresas privadas. Por exemplo, não se consegue saber através da seção "BNDES Transparente" no site do Banco, em quais projetos e em que condições foram destinados os R\$ 10,4 bilhões contratados com o Grupo EBX.

Além dos efeitos da concentração de poder econômico sobre a reprodução da desigualdade social, vale chamar a atenção de que a retórica do Banco de defesa das "campeãs nacionais", sugerindo um verniz nacional-desenvolvimentista, também não se sustenta. Se já na época da ditadura havia relações de complementariedade e mesmo alianças societárias entre o capital nacional e estrangeiro o que se dirá agora, após as privatizações e a liberalização econômica. Novamente, o "caso Eike" é emblemático, com os seus ativos vendidos todos eles para empresas estrangeiras, que agora seguirão como clientes do Banco.

O que dizer do privilegiamento conferido pelo BNDES, sob o argumento da inserção competitiva do Brasil no mercado internacional, ao setor de commodities, bem como de infra-estrutura e insumos básicos voltados a alimentar a exportação de minério, aço, produtos agropecuários, etanol, papel e celulose? A reprimarização de nossa pauta de exportação e o déficit da balança comercial no ano findo são eloqüentes em demonstrar que este não é um rumo sustentável no longo prazo.

Estes são setores intensivos em natureza, cujos projetos em andamento ou já concluídos são geradores de imensos impactos e passivos sociais e ambientais pelo país afora, que o Banco, por seu turno, se mostra incapaz de inibir ou exigir reparação. Se não é verdade, o que o Banco tem a dizer sobre as violações sistemáticas de direitos humanos na construção do Porto do Açú, em São João da Barra, no Norte Fluminense, pela LLX que recebeu do BNDES

financiamento de R\$ 1,3 bilhão? Lá foram desapropriadas dezenas de famílias de modo ilegal; por erro do projeto de dragagem houve a salinização do solo, prejudicando centenas de famílias de pequenos agricultores; o licenciamento ambiental foi realizado de modo fracionado, minimizando os impactos esperados; e onde se pretende construir o porto é a maior área de restinga do país. Caberia, agora, ao Banco como principal credor exigir do Grupo norte-americano EIG, novo controlador da LLX, a reparação dos passivos sociais e ambientais.

Que o “caso Eike” sirva à reflexão e inflexão nos rumos do financiamento ao desenvolvimento, capitaneado pela ação do BNDES. Que este importante instrumento do Estado brasileiro caminhe na direção da transparência e responsabilidade sócio ambiental e que promova a diversificação produtiva e o investimento em infra-estrutura social, em favor da redução das desigualdades sociais e regionais no país.

(*) Doutor em ciência política, coordenador do Instituto Mais Democracia e professor de políticas públicas da Escola de Ciência Política da UNIRIO